



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

### **INTRODUÇÃO**

Este estudo constitui uma etapa preliminar no planejamento do processo de contratação pública ora proposto, tendo como finalidade assegurar a eficiência na aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das determinações legais.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE** (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)  
descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A presente contratação se mostra necessária diante da demanda contínua e crescente por medicamentos e insumos decorrentes do cumprimento de decisões judiciais que determinam o fornecimento desses itens a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Tais determinações judiciais, em sua maioria de caráter urgente, exigem pronta resposta da Administração Pública para assegurar o direito constitucional à saúde e evitar prejuízos à integridade e à vida dos cidadãos beneficiários.

Cabe destacar que, na quase totalidade dos casos, as decisões judiciais indicam de forma expressa o medicamento e sua respectiva marca comercial, tornando obrigatória a aquisição de produtos com características específicas, sem possibilidade de substituição por similares ou genéricos. Essa particularidade inviabiliza o uso de modalidades licitatórias comuns, como o pregão eletrônico, que exigem ampla concorrência e vedam a restrição injustificada de marcas.

Do ponto de vista do interesse público, a ausência de um mecanismo eficaz para o atendimento imediato e conforme as especificações impostas judicialmente compromete não apenas o acesso da população aos medicamentos, mas também a regularidade da gestão pública, podendo acarretar sanções ao ente municipal, como bloqueios judiciais de contas bancárias, multas e outras penalidades legais e administrativas.



Dessa forma, a adoção de procedimento compatível com a urgência, especificidade e natureza vinculada das determinações judiciais visa atender de forma ágil, segura e juridicamente adequada às demandas, assegurando a continuidade dos serviços de saúde, a proteção da saúde dos munícipes e a preservação da responsabilidade fiscal e da legalidade dos atos administrativos. Trata-se, portanto, de solução que concilia agilidade, economicidade, segurança jurídica e aderência ao caso concreto.

**2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA** (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para garantir a eficiência, economicidade e eficácia na contratação de medicamentos e insumos para a rede municipal de saúde, foi realizado um levantamento de possíveis soluções e uma análise comparativa entre diferentes alternativas disponíveis no mercado.

Este levantamento tem como objetivo identificar as opções mais adequadas para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, considerando aspectos técnicos, econômicos e logísticos. Importante destacar que, em exercícios anteriores, foram realizados processos licitatórios para aquisição desses produtos, porém, tais certames resultaram em processos desertos devido à ausência de fornecedores interessados ou à inadequação das propostas recebidas, evidenciando dificuldades na contratação via modalidade tradicional. Diante desse contexto, foram analisadas as seguintes alternativas:

- a) Pregão Eletrônico: Modalidade consolidada e prevista como preferencial para aquisição de bens comuns pela Lei nº 14.133/2021, o pregão eletrônico oferece ampla competitividade, transparência e agilidade. A realização do pregão por item permite maior flexibilidade para aquisição conforme a demanda judicial, facilitando o atendimento pontual e contínuo. Contudo, algumas especificações judiciais que indicam marcas determinadas podem limitar a competitividade em determinados casos.



- b) Registro de Preços: O sistema de registro de preços apresenta vantagens para contratações recorrentes e permite maior previsibilidade orçamentária. Entretanto, dada a especificidade e imprevisibilidade das demandas judiciais, essa modalidade pode não garantir o atendimento ágil e personalizado exigido, o que pode comprometer a eficiência do fornecimento.
- c) Inexigibilidade de Licitação: Considerada para situações em que haja exclusividade na comercialização dos medicamentos, a inexigibilidade reduz a competitividade e a transparência, além de poder acarretar custos mais elevados. Seu uso isolado para todas as demandas não é recomendado por comprometer o controle administrativo e a economicidade.
- d) Contratação Direta por Dispensa: Viável apenas em situações emergenciais e pontuais, não atende à necessidade de planejamento e continuidade exigida para o fornecimento decorrente de demandas judiciais permanentes.

Após a análise das alternativas, conclui-se que o Pregão Eletrônico constitui a solução mais adequada, pois alia a competitividade e transparência inerentes ao processo licitatório com a flexibilidade e agilidade necessárias para atender às demandas específicas e urgentes impostas pelas decisões judiciais.

### **3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:**

A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar não será parcelada, tendo em vista a natureza e a especificidade do fornecimento de medicamentos determinados por decisões judiciais, que variam conforme o caso concreto e a urgência da demanda. A fragmentação da contratação, neste caso, não se mostra viável nem vantajosa para a Administração, uma vez que:

- a) A demanda é pontual, urgente e imposta judicialmente, não sendo possível prever previamente a divisão em lotes homogêneos;



b) Os medicamentos requisitados judicialmente possuem especificações técnicas particulares e, muitas vezes, apresentam baixa oferta no mercado, o que dificultaria a competição em lotes fragmentados;

c) O parcelamento poderia acarretar atrasos na entrega, aumento dos custos operacionais e dificuldades na responsabilização contratual, comprometendo o cumprimento tempestivo das determinações judiciais;

d) A adoção do modelo de licitação por item, por meio de Pregão Eletrônico, possibilita maior competitividade entre os fornecedores, observando a necessidade de atendimento célere e conforme as especificações judiciais;

e) A aquisição será realizada conforme a demanda, com adjudicação por item, possibilitando a contratação do fornecedor que apresentar a proposta mais vantajosa para cada medicamento específico, conforme previsto no edital.

Ressalta-se, ainda, que a cada nova decisão judicial que implique a aquisição de medicamentos e insumos, poderá haver alterações nas quantidades inicialmente previstas, bem como a inclusão de novos itens ao rol de produtos licitados. Nessas situações, serão adotados os procedimentos legais pertinentes para adequação contratual, por meio de termos aditivos ou novo procedimento licitatório, conforme o caso.

Dessa forma, a contratação será conduzida de maneira unificada, por item, com vistas a garantir maior eficiência, celeridade, economicidade e segurança no atendimento das demandas judiciais, preservando o interesse público e assegurando os direitos dos usuários do SUS.

#### **4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)**

estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa de demanda foi elaborada com base em levantamento técnico minucioso, utilizando como referência os processos judiciais com trânsito em julgado, cujas determinações impõem à Administração Pública Municipal a



obrigação de fornecer medicamentos e insumos específicos a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Os quantitativos previstos encontram-se detalhados nos anexos deste Estudo Técnico Preliminar e visam refletir a real necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme identificado até o presente momento.

Entretanto, considerando que as decisões judiciais são emitidas de forma contínua, com características diversas quanto à natureza, duração e volume de fornecimento — sendo algumas pontuais e outras de caráter permanente ou vitalício —, a contratação deverá acompanhar a dinâmica dessas determinações, permanecendo vigente enquanto houver demandas a serem atendidas, observada a vigência contratual estipulada no edital e eventuais prorrogações ou ajustes contratuais permitidos por lei.

Importa destacar que há casos em que as decisões judiciais determinam o fornecimento de medicamentos de forma periódica (mensal, bimestral, etc.) e contínua, enquanto perdurar a necessidade do tratamento, podendo tais determinações se estender por tempo indeterminado, inclusive até a cessação do uso do medicamento por parte do beneficiário, substituição do tratamento ou eventual falecimento do mesmo. Tais características demandam a adoção de um modelo contratual flexível, com cláusulas que permitam ajustes de quantidades e prazos conforme a necessidade e a determinação judicial.

Dessa forma, a execução contratual se dará conforme a necessidade concreta, ou seja, de acordo com a demanda judicial recebida, seja para o fornecimento único e imediato de determinada quantidade, seja para o fornecimento contínuo, conforme os cronogramas judiciais impostos.

Essa abordagem visa garantir segurança jurídica, eficiência administrativa, economicidade e, sobretudo, o cumprimento tempestivo das decisões judiciais, assegurando a continuidade do atendimento aos usuários do SUS e resguardando o interesse público.



**5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Com base nas necessidades identificadas por meio das demandas judiciais e após a análise dos orçamentos anexados, o valor total estimado para a contratação é de R\$ 34.108,92 (trinta e quatro mil cento e oito reais e noventa e dois centavos). Este montante foi calculado considerando a especificidade e a urgência dos medicamentos requisitados, os quais não estão contemplados na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS).

A previsão orçamentária visa assegurar a continuidade e a qualidade do atendimento aos cidadãos, atendendo de forma rigorosa às determinações judiciais, além de evitar possíveis sanções legais ao Município por descumprimento de ordem judicial. Ressalta-se que os medicamentos solicitados possuem caráter essencial e urgente para o tratamento dos pacientes, não sendo passível de postergação.

**6. ANÁLISE DOS RISCOS** (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Informamos que a Análise de Riscos elaborada para este processo segue em anexo a este Estudo Técnico Preliminar (ETP).

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A presente contratação tem por objeto a aquisição de medicamentos determinados por decisões judiciais, cuja responsabilidade recai sobre o Município, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

Trata-se de medicamentos específicos, não padronizados e não contemplados pela Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME/SUS), demandados judicialmente para atendimento aos usuários do



Sistema Único de Saúde (SUS), conforme prescrição médica e determinação judicial.

Diante da variabilidade dos itens, especificidades técnicas, urgência na entrega e necessidade de atendimento contínuo, a solução adotada será a realização de Pregão Eletrônico por item, possibilitando ampla competitividade, agilidade no atendimento e disponibilidade dos produtos conforme a necessidade da Administração.

A contratação visa assegurar o fornecimento contínuo dos medicamentos durante o período de vigência contratual, observando critérios técnicos de qualidade, rastreabilidade, prazos de entrega e a apresentação da documentação exigida, tais como:

- Certificação do fabricante junto à ANVISA;
- Comprovação de regularidade sanitária da empresa fornecedora;
- Laudos de qualidade do(s) produto(s), quando exigido;
- Entrega em prazo reduzido, conforme a urgência determinada judicialmente.

Não se aplicam exigências específicas de manutenção ou assistência técnica, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens de consumo (medicamentos). No entanto, o fornecedor deverá responsabilizar-se pela substituição de itens com prazo de validade expirado ou inadequado, com embalagens danificadas, lacres violados ou qualquer condição que comprometa a integridade e a eficácia do produto.

Essa solução assegura a continuidade do cuidado ao paciente, evita desassistência, garante o cumprimento eficiente das determinações judiciais e resguarda o interesse público.

## **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:



a) Comprovação de atendimento aos princípios licitatórios aplicáveis à Administração Pública, conforme a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Declaração de cumprimento das normas sanitárias, administrativas e técnicas em vigor, inclusive aquelas específicas para a aquisição, distribuição e comercialização de medicamentos no âmbito do setor público.

c) Autorização Especial (AE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ou publicação correspondente no Diário Oficial da União, nos casos de oferta de medicamentos sujeitos a controle especial, com atividade compatível com a distribuição. Alternativamente, será aceita consulta à base de dados da ANVISA, contendo a data da verificação (não superior a 60 dias).

d) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitida pela ANVISA, ou respectiva publicação no Diário Oficial da União, com atividade compatível com a distribuição de medicamentos. Também será aceita consulta atualizada no site da ANVISA, realizada em data não superior a 60 (sessenta) dias da apresentação dos documentos.

e) Licença Sanitária Estadual ou Municipal, válida e compatível com a atividade de distribuição de medicamentos, emitida em nome da empresa participante. No caso de produtos importados, poderá ser exigida, adicionalmente, a Licença Sanitária ou AFE da empresa importadora e/ou do fabricante, conforme a natureza do produto.

f) Certificado de Regularidade Técnica, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) do estado da sede da empresa, atestando o funcionamento regular da empresa nas atividades de comercialização e/ou distribuição de medicamentos.

g) Comprovante de inscrição e de regularidade do Responsável Técnico, vinculado à empresa, junto ao respectivo Conselho Regional de Farmácia, demonstrando a habilitação legal para o exercício da função, nos termos da legislação sanitária vigente.





h) Comprovação de aptidão técnica para fornecimento de bens similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da contratação, mediante apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por conselho profissional competente, quando aplicável.

- Deverá ser comprovado, no mínimo, o fornecimento correspondente a um contrato público ou privado, com volume semelhante ao objeto da contratação, realizado por período mínimo de seis meses.
- Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa participante;
- A empresa deverá disponibilizar todas as informações necessárias para verificação da legitimidade dos documentos apresentados, incluindo, quando solicitado, cópia do contrato que fundamentou o fornecimento, endereço atualizado do contratante e local de execução do objeto contratado, entre outros documentos pertinentes.

i) Certificado de Registro do Produto junto à ANVISA, ou publicação correspondente no Diário Oficial da União. Será admitida, alternativamente, consulta ao site da ANVISA, desde que a apresentação esteja descrita de forma expandida (incluindo forma farmacêutica, dosagem e apresentação comercial) e a data da consulta não ultrapasse 60 (sessenta) dias.

j) Não serão aceitos medicamentos manipulados, devido ao curto prazo de validade, salvo nos casos em que a única forma de apresentação comercial disponível no mercado seja por manipulação, conforme previsto na Resolução RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações



referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas no termo de referência.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for realizada com recursos oriundos de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais, ou por meio de verbas



parlamentares, tais informações deverão estar previamente indicadas no empenho correspondente, de forma clara e acessível, garantindo a transparência e a rastreabilidade da aplicação dos recursos.

O fornecedor, por sua vez, deverá registrar no campo de observações da Nota Fiscal eletrônica (NF-e) o número do edital, o número do termo contratual, convênio ou outros dados que comprovem o vínculo contratual e a correlação com os recursos repassados, de modo a assegurar a conformidade documental e fiscal da despesa.

#### INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

( ) SIM

(x) NÃO

**9. JUSTIFICATIVAS** (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

##### **Qualificação Técnica:**

A exigência de qualificação técnica está fundamentada na necessidade de garantir a qualidade, eficácia e segurança dos medicamentos fornecidos, respeitando as normas sanitárias e regulatórias vigentes.

A qualificação técnica é considerada uma medida de proteção à saúde pública, garantindo que os produtos atendam aos padrões de qualidade exigidos pelo Ministério da Saúde, ANVISA e demais órgãos competentes.

As empresas participantes deverão comprovar experiência anterior no fornecimento de medicamentos a órgãos públicos ou entidades privadas, considerando a relevância técnica na entrega de medicamentos essenciais à saúde.

##### **Qualificação Econômico-Financeira:**



A qualificação econômico-financeira foi definida de maneira a garantir que a contratada possua capacidade financeira para o cumprimento do contrato, considerando a aquisição em larga escala de medicamentos. A exigência de comprovação da saúde financeira das empresas licitantes assegura que a contratada terá condições de atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde com a devida regularidade e pontualidade, evitando riscos de interrupção no fornecimento e falhas logísticas.

**10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL** (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A aquisição de medicamentos e insumos poderá gerar impactos ambientais associados, principalmente, à geração de resíduos sólidos oriundos de embalagens, produtos vencidos ou em desuso, bem como resíduos decorrentes das atividades de transporte e armazenamento. A manipulação inadequada ou o descarte incorreto desses materiais representa risco potencial de contaminação do solo, da água e de prejuízos à saúde pública.

Como medidas mitigadoras, será exigido que os medicamentos e insumos fornecidos estejam devidamente regularizados junto aos órgãos sanitários competentes, com embalagens em conformidade com as normas ambientais vigentes. Além disso, deverá ser garantida a orientação técnica quanto ao descarte adequado dos medicamentos e insumos fora de uso, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

No que se refere ao consumo de recursos naturais, serão adotados critérios que promovam a eficiência logística, como a exigência de entrega em embalagens adequadas, em quantidades que evitem desperdícios e com menor impacto ambiental. Sempre que viável, será priorizada a contratação de fornecedores que adotem práticas sustentáveis em seus processos de produção



e distribuição, com destaque para a redução de emissões e o uso racional de energia.

A logística reversa será observada, especialmente quanto ao descarte seguro e ambientalmente adequado de medicamentos, insumos vencidos, inutilizados ou com prazo expirado, bem como suas embalagens, em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

O município conta com programas específicos de descarte desses materiais, por meio dos quais os resíduos farmacêuticos e insumos são encaminhados as empresas legalmente habilitadas para a coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada, conforme a legislação vigente.

Assim, o processo de aquisição e utilização de medicamentos e insumos será conduzido em consonância com os princípios da responsabilidade socioambiental, minimizando os impactos ambientais negativos e promovendo a sustentabilidade na gestão pública da saúde.

**11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos decorrentes de demandas judiciais, por meio de Pregão Eletrônico, tem como objetivo principal assegurar a pronta resposta às determinações judiciais, promovendo agilidade no atendimento à população e evitando o descumprimento de ordens judiciais que podem resultar em penalidades ao ente público.

Os resultados pretendidos com essa contratação, em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, são os seguintes:

- a) Melhoria na eficiência da gestão pública, ao permitir o atendimento imediato das demandas judiciais por meio de processo licitatório



estruturado, com vigência definida e adjudicação por item, evitando a necessidade de abertura de procedimento a cada nova solicitação judicial, o que reduz a burocracia e os custos administrativos;

- b) Maior economicidade, ao possibilitar a contratação de fornecedores que ofereçam os medicamentos por valores compatíveis com os preços de mercado, conforme levantamento prévio, evitando contratações emergenciais com sobrepreço;
- c) Aproveitamento racional dos recursos humanos, ao concentrar os esforços da equipe técnica em um único procedimento licitatório estruturado, liberando os servidores para outras atividades estratégicas de planejamento, monitoramento e gestão da assistência farmacêutica;
- d) Redução de riscos de judicialização adicional, aplicação de multas ou bloqueios judiciais por descumprimento de ordens, resultando em economia de recursos públicos e maior previsibilidade orçamentária;
- e) Ampliação da competitividade entre fornecedores, garantindo maior capilaridade e capacidade de resposta à diversidade e urgência dos medicamentos requisitados;
- f) Garantia da continuidade do atendimento à saúde, promovendo o acesso da população a tratamentos prescritos judicialmente, mesmo quando os medicamentos não estão contemplados na RENAME ou na tabela SUS.

Em suma, a adoção do modelo de Pregão Eletrônico por item proporciona maior previsibilidade, eficiência e controle dos gastos públicos, contribuindo para uma gestão eficaz dos recursos aplicados na saúde, especialmente no cumprimento tempestivo das obrigações judiciais.

**12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)**  
o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;



O regime de fornecimento proposto é do tipo parcelado, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, respeitando as especificidades e urgências de cada ordem judicial. Essa forma de fornecimento possibilita a reposição contínua e planejada dos medicamentos e insumos, promovendo a racionalização dos recursos públicos e evitando aquisições desnecessárias ou com risco de vencimento.

Embora a contratação seja baseada em uma estimativa anual, a entrega dos itens será realizada conforme a efetiva necessidade, o que permite melhor gestão de estoque, redução de perdas e maior controle sobre o consumo. Essa sistemática respeita os princípios da economicidade e da eficiência, evitando a formação de estoques excessivos e permitindo maior flexibilidade operacional à Administração.

Ainda que não se aplique diretamente uma produção em larga escala no contexto deste processo, o planejamento da contratação em escala anual permite à Administração obter melhores condições comerciais junto aos fornecedores, especialmente ao considerar o volume agregado da demanda estimada. Dessa forma, busca-se alinhar o fornecimento à realidade das ordens judiciais e às práticas de gestão eficiente, com vistas à economicidade e à continuidade do atendimento à saúde pública.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL** (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)  
providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.



Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Nelciane Moretto Estivalet
Suplentes:	Karen Cardoso Ubiali

**14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Não há contratações correlatas ou interdependentes diretamente relacionadas ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar. A aquisição de medicamentos e insumos descrita neste processo configura-se como uma contratação autônoma, destinada a suprir as necessidades de abastecimento contínuo da Farmácia Municipal e das unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

Trata-se de um processo independente, que não depende de outras contratações em curso para sua plena execução. Eventuais necessidades futuras, como apoio logístico, armazenamento ou transporte especializado, caso se verifiquem, serão objeto de processos específicos e separados, sem prejuízo à execução do presente objeto. Dessa forma, garante-se a autonomia e a viabilidade técnica e administrativa desta contratação.

**15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)**  
demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A presente aquisição encontra-se prevista no Plano Anual de Compras/Contratações de 2025.

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 1895 a 1909;
- IV) Classe/Grupo: 6550 – Drogas e Medicamentos;





V) Identificador da Futura Contratação: 987541-290/2025;

**16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

**17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?**

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

O objeto da contratação — fornecimento de medicamentos em atendimento a demandas judiciais — se enquadra como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XXII da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de bem cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no edital por meio de especificações usuais no mercado, conforme preconiza a legislação. Esses medicamentos, embora não padronizados pelo SUS, são de fácil acesso, com disponibilidade em larga escala, e suas características podem ser descritas de forma precisa e clara, sem necessidade de avaliação subjetiva ou especificidade técnica de difícil aferição. Portanto, não se enquadram como bens especiais nem como serviços de engenharia.

- ☒ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- ☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- ☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual



O fornecimento de medicamentos para atendimento a demandas judiciais é classificado como fornecimento contínuo, uma vez que se trata de necessidade permanente e recorrente da Administração Pública, relacionada à manutenção da atividade essencial de prestação de assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ainda que o fornecimento ocorra sob demanda judicial, o caráter prolongado e previsível dessas demandas exige uma contratação contínua para garantir o atendimento ininterrupto das ordens judiciais e evitar desassistência à população. Portanto, enquadra-se como fornecimento contínuo conforme previsto nas diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

## **18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Considerando-se a natureza do objeto – fornecimento contínuo de medicamentos para cumprimento de demandas judiciais – não se vislumbra a necessidade de exigência de garantia de execução contratual, uma vez que:

- a) Trata-se de fornecimento de bens padronizados e disponíveis no mercado, com baixa complexidade técnica e de fácil reposição, o que reduz significativamente os riscos de inadimplemento contratual;
- b) O valor total estimado da contratação é relativamente baixo, R\$ 33.482,76, não justificando a imposição de ônus adicional ao contratado;
- c) A exigência de garantia poderia restringir a competitividade no processo licitatório, especialmente para empresas de menor porte, prejudicando a ampla participação de fornecedores e comprometendo a economicidade do certame;
- d) A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, o que permite ampla concorrência, adjudicação individualizada e maior controle sobre o fornecimento, reduzindo os riscos de desabastecimento.

Dessa forma, a dispensa da exigência de garantia de execução contratual está devidamente fundamentada, nos termos do art. 96, caput, da Lei nº 14.133/2021, e visa assegurar a eficiência, a economicidade e a continuidade do



atendimento à população, sem comprometer a segurança dos interesses da Administração Pública.

**19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das análises realizadas, considerando as demandas judiciais que impõem a aquisição de medicamentos específicos não contemplados na tabela do SUS, a urgência na entrega, e a necessidade de atendimento contínuo e ininterrupto aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conclui-se que a presente contratação, por meio de Pregão Eletrônico, é a alternativa mais adequada e viável para o Município.

O modelo proposto garante eficiência, agilidade e segurança jurídica, atendendo aos requisitos legais e técnicos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, além de proporcionar ampla competitividade e diversidade de fornecedores, o que é essencial para o atendimento tempestivo das demandas específicas e variáveis determinadas judicialmente.

Assim, a contratação está plenamente justificada, viável e em consonância com o interesse público, assegurando a continuidade e a qualidade do atendimento à população, bem como o cumprimento efetivo das decisões judiciais.

**20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC** (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- (x) Pregão, (x) Tradicional ( ) SRP  
( ) Concorrência, ( ) Tradicional ( ) SRP  
( ) Concurso



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

- ☐ Leilão
- ☐ Dialogo Competitivo
- ☐ Não se aplica

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.
- ☒ Não se aplica

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
- ☐ Inexigibilidade de licitação.
- ☒ Não se aplica

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
- ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☐ maior desconto
- ☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☐ Aberto
- ☐ Fechado
- ☒ Aberto e Fechado
- ☐ Fechado e Aberto
- ☐ Não se aplica

Caráter do orçamento estimado SIGILOS



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

☒ SIM☐ NÃO

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público, conforme artigo 24, § 1, inciso VI da LEI Nº 13.019/2014.

**21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?**☒ Recursos Próprios☐ Recursos Estaduais☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 23 de junho de 2025.

**Claudete Meurer**  
Gestora de Saúde  
Área requisitante  
Matrícula Funcional 17949-1